

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA CIDADE DO RIO GRANDE – RS (1806- 1841)

DOUGLAS SILVA NUNES¹;
MAURO DILLMANN²

¹Universidade Federal de Pelotas, UFPel – douglLassillvanunes@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas, UFPel – maurodillmann@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente texto objetiva compreender o início da atuação da Santa Casa de Misericórdia da cidade do Rio Grande-RS, entendendo que este local estava em consonância com as ideias higienistas que pautavam medidas sociais, sanitárias e médicas nas cidades brasileiras durante o século XIX. Na cidade do Rio Grande, a Santa Casa tornou-se responsável pelo cuidado aos desvalidos, órfãos e cemitérios.

Rodrigues Sued (1985) diz que “Inúmeros foram os hospitais da Misericórdia fundados no período dos séculos XVI ao XVIII, mas foi no século XIX que se construiu a maioria deles” (RODRIGUES, 1985, p.21). A Santa Casa do Rio Grande, teve sua inauguração formal em 1852, sendo reformada e aumentado o seu prédio nas décadas seguintes. Sua história remonta ao início do século XIX quando da criação de uma associação de moradores que, nas décadas seguintes, transformou-se até a criação do hospital propriamente “Santa Casa de Misericórdia”.

Em 1806 na cidade do Rio Grande, o padre e vigário da freguesia Ignacio da Silveira criou uma Sociedade Beneficente com fins a auxiliar a população pobre (MONTEIRO, 1935, p. 204). Em 1825 essa sociedade conseguiu um prédio próprio:¹ “Em setembro de 1825, por extinção de um hospital militar que então existia, sob a direção do cirurgião-mór Manoel Gomes da Silva, aquela Sociedade ampliou seus socorros ‘até os vinte enfermos que haviam ficado no extinto hospital militar” (MONTEIRO, 1935, p. 204). A sociedade se responsabilizou pelos enfermos e, no ano seguinte estes mesmos foram levados até uma casa temporária esperando pela conclusão de um hospital de caridade. Autorizado pela Câmara municipal, este novo hospital foi entregue a responsabilidade para a Sociedade Beneficente em sessão de 16 de maio de 1832 (RODRIGUES, 1985, p. 37). Em 1835 foi a sua inauguração. Pelo Relatório do Presidente da Província-percebe-se melhor o processo:

Teve começo esse Pio Estabelecimento em 15 de Março de 1835 pela extinção da Sociedade de Beneficencia, que n'aquella cidade se havia instituido em 13 de Novembro de 1831 [o] Hospital foi estabelecido em um predio doado para esse fim pelo fundador Rodrigo Fernandes Duarte; o qual durante sua vida socorreu-o sempre com dinheiros, e pela sua morte legou-lhes todos os seus bens. Este grande recurso, e as esmolos de outros Bemfeitores da humanidade, tem concorrido para a sustentação d'aquella Santa Caza (RELATÓRIO PRESIDENTE PROVÍNCIA, 1846, p. 18).

¹ “A história do atendimento hospitalar à população carente começa, nesta cidade, a 20 de Novembro de 1806, quando o padre Francisco Ignacio da Silveira, reunido a outras pessoas, toma a iniciativa de criar uma Sociedade Beneficente, com o fim de socorrer, com suas esmolos, as famílias indigentes [...] Em 1807 tentaram construir um prédio para servir de hospital, mas a obra arrastou-se até 1811, ano em que foi paralisada por falta de recursos [...] No ano de 1825, aos moldes do que ocorria na capital da província, erigiu-se um estabelecimento para cuidar dos enfermos necessitados” (RODRIGUES, 1985, p. 29).

Foi também em 1835 que Rodrigo Fernandes Duarte propõe e depois aceita-se mudar o nome da Sociedade de Beneficência para uma Irmandade do Espírito Santo e Caridade (RODRIGUES, 1985, p. 39). Em Porto Alegre, a Santa Casa foi criada ainda em período colonial, já em Pelotas e Rio Grande, durante o período regencial, criaram-se “sociedades de beneficência” que tomaram o lugar das irmandades da Santa caridade, organizando-se em Santas Casas de Misericórdia (TOMASCHEWSKI, 2014, p. 80). Em Rio Grande em 15 de março de 1835 foi criada a Santa Casa de Misericórdia. Quando da sua criação contava com 309 irmãos associados.

2. METODOLOGIA

Para a presente pesquisa foram levantadas fontes da biblioteca da cidade do Rio Grande e do arquivo da Santa Casa e alguns relatórios como o do presidente da província, além de contar com uma bibliografia regional. As fontes foram delimitadas e analisadas qualitativamente a partir de metodologia de análise crítica das fontes próprias do trabalho de pesquisa histórica.

Da biblioteca usou-se recortes do jornal *O Tempo* de 1930-1940 escritos por Antenor Monteiro, historiador local. Os Relatórios do Presidente da Província que descrevem certos acontecimentos assim como as decisões políticas tomadas. Essa fonte pode ser acessada pela hemeroteca digital nacional. E, por último, as atas da mesa administrativa da própria Santa Casa que se encontram na instituição.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao se analisar as atas da mesa administrativa percebe-se a Santa Casa tendo uma atuação ampla sobre, que ia muito além do cuidado aos doentes. Cuidado com os desvalidos, alimentação aos presos, asilo aos loucos e gerência dos cemitérios faziam parte de suas funções. Estas irmandades foram órgãos centrais para o funcionamento das cidades, sendo aliadas do “Poder Sanitário”² para protegerem tanto o doente como a saúde da população. Rodrigo Schames Isoppo (2019) explica que anterior ao século XVIII, os hospitais eram locais de recolhimento para aqueles que não tinham condições financeiras, espaço de assistência aos pobres e expostos:

Uma assistência que não estava focada necessariamente na cura desse pobre, mas em enclausurá-lo e ajudá-lo a morrer [...] salvando o restante da população de um possível contágio do pobre enfermo. Já se identifica nessa época que os poderes tinham uma gerência sobre as vidas que mereciam viver e as que deveriam ser sacrificadas em prol das primeiras (ISOPPO, 2019, p. 248).

² No início do século XX, quando de um balanço sobre o papel da Santa Casa na cidade do Rio Grande o então deputado Dr. A. Duprat diz o seguinte: “Ressalvando compromisso perante os que lhe recorrem ao agasalho, atendendo á defesa individual de que se não podia eximir sem flagrante abuso de seus atributos, esta Santa casa declinou na defesa sanitaria colectiva, integrando-se, pela força das coisas, ao Poder Sanitario local como se, pella força das coisas, ao Poder Sanitario local como collaboradora de que se não pode prescindir, realizando, esta arte, do modo mais completo, o programma do hospital geral moderno: - o de proteger, á vez, o doente e a saude da população” (MONTEIRO, 1931, p. 89). Interessante jogo de palavras, de defesa sanitária coletiva para o Poder sanitário, implicando ação e iniciativa sobre as questões de salubridade, não como apenas abrigo para doentes mas efetivamente combatendo os locais de doença.

Para o autor, nos espaços urbanos o hospital começou a mudar suas funções, tornando-se num local de obtenção de dados e criação de corpos documentais: “É como se o hospital tivesse se tornado um grande laboratório onde os corpos seriam objetos tanto de controle e registro, como de experimentos e intervenções cirúrgicas para fins de pesquisa (ISOPPO, 2019, p. 249). Mara Regina (2006) explica que as Santas Casas estavam intimamente relacionadas a organização e manutenção dos hospitais, enfermarias além da responsabilidade sobre doentes mentais, inválidos e crianças abandonadas. O controle desta “população” para a autora é um problema tipicamente urbano: “Evidente que as questões ligadas ao abandono, à pobreza e às doenças em geral também ocorrem no ambiente rural, mas neste contexto elas não são encaradas como um assunto que exige uma política assistencial por parte das autoridades governamentais” (NASCIMENTO, 2006, p. 82).

A direção da Irmandade decidiu em 2 de maio de 1841 pela criação de um outro prédio, que veio a ser o atual prédio da Santa Casa de Misericórdia. Essa decisão foi tomada após decidirem-se por uma mudança de nome, de Irmandade de Misericórdia para Santa Casa de Misericórdia em sessão do dia 2 de maio de 1841:

o motivo da presente reunião era tratar-se se devia adoptar o titulo de Sancta Casa de Mizericordia em lugar da de Caridade, como indicou da Côrte o nosso Irmão o Excelentissimo Senhor José Clemente Pereira em sua carta [...] para se evitar duvidas futuras e mais segurança deste Estabelecimento fóra em diante se intitularia Sancta Casa de Misericorida (*Atas da mesa administrativa*, 1841, p.76).

Tomaschewski (2014) explica que foi comum as associações beneficentes procurarem o *status* de “misericórdia” durante o período colonial e imperial, já que a denominação garantia certas vantagens em relação as outras associações e irmandades: “Vantagens que, por certo, se mantiveram no período republicano, se considerarmos que as entidades fundadas para prestação de caridade, especialmente as que fundavam hospitais, continuavam adotando o nome Santa Casa de Misericórdia” (TOMASCHEWSKI, 2014, p. 46).

4. CONCLUSÕES

A história da Santa Casa do Rio Grande pode ser lembrada desde o início do século XIX a partir da criação da Sociedade Beneficente em 1806, a posterior aquisição de um prédio próprio e da responsabilidade dos enfermos em 1825 chegando-se até 1841 quando decidiu-se mudar essa sociedade para uma “Misericórdia”, visto que o caráter religioso deveria atrair mais membros e donativos, até então eram altamente dependentes de filantropia (MONTEIRO, 1935, p. 204).³

A Sociedade de Beneficencia, mais tarde de Misericórdia conviveu durante vários anos dependente de doações e filantropia. Suas funções alargavam-se para diversos aspectos da vida urbana (órfãos, prostituição, doentes, cemitérios). Este caráter plural ocupava um espaço ao qual o governo não tinha controle. Visto a importância que este tipo de associação tinha para o espaço urbano, foi decidido pela Câmara Municipal na década de 1830, a construção de um prédio para a Irmandade assim como auxílios financeiros que vieram da própria Câmara Municipal, o hospital da

³ Sabe-se por Cláudia Tomaschewski (2014) que a irmandade em Pelotas surgiu pouco tempo depois, em 1847: “No caso de Pelotas, os irmãos da Santa Casa, organizada em 1846 e fundada em 1847, afirmaram que a Sociedade de Beneficência que havia sido criada em 1832 nada tinha que ver com Misericórdia, ainda que alguns irmãos tenham participado da antiga sociedade, pois que ela apenas recolhia esmolas e distribuía entre os pobres” (TOMASCHEWSKI, 2014, p. 73).

caridade.⁴ Em 1841 a Irmandade adotou o nome Santa Casa de Misericórdia, visto este modelo de instituição angariar ainda mais benefícios por parte do poder público, diminuindo assim a dependência da filantropia, ainda que as doações tenham seguido com papel central para sua manutenção. A partir deste ano, a Irmandade também pediu pela criação de um novo prédio que veio a ser o atual Hospital da cidade. Este iniciaria suas operações no início da década de 1850.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRIZOLA, Jaqueline Hasan. **A terrível moléstia Vacina, epidemia, instituições e sujeitos**: a história da varíola em Porto Alegre no século XIX (1846-1874). Dissertação. Porto Alegre, 2014.

ISOPPO, Rodrigo Schames. A biopolítica mata ao fazer falar da vida sem os morreres. In: **Morte e simbolismo na cultura ocidental**. SANTOS, Amanda Basílio; BRHAM, José Paulo Siefert (orgs), 1.ed. Pelotas: Basibooks, 2019.

MONTEIRO, Antenor de Oliveira. Rebuscos – Cousas e Factos da Cidade: O Hospital Moderno e a associação da Caridade Santa Casa do Rio Grande. *Jornal O tempo*, 25 setembro 1931.

NASCIMENTO. Mara Regina. Irmandades leigas em Porto Alegre: **Práticas funerárias e experiência urbana séculos XVIII-XIX**. Tese. Porto Alegre, 2006.

RODRIGUES, Sued de Oliveira. **Santa Casa do Rio Grande**: a saga da misericórdia. Rio grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 1985. MONTEIRO, 1935, p. 204.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva**: a distribuição de assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas e Porto Alegre (1847-1891). Tese. PUC-RS. Porto Alegre, 2014.

⁴ Por exemplo a Lei provincial nº 4 de 27 de junho de 1835: consignou no §20 do artigo 1º, um conto de réis para o Hospital da Caridade do Rio Grande”. Foi o primeiro auxílio de vários outros que se seguiram ao longo do século XIX.